



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 06/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública do ano de 2013.

Presentes os Srs. Vereadores Natalini e Calvo, este que lhes fala.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Boa tarde a todos. É um prazer tê-los aqui acompanhando as audiências públicas. Infelizmente, houve uma inversão na convocação, na publicação dos trabalhos de hoje, que a audiência pública era para ser ao meio-dia e, agora, à 1h, a reunião ordinária. Então, paciência, foi um erro que eu assumo, por ter deixado as coisas acontecerem.

O SR. NATALINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Porém, a pauta da reunião ordinária estava curta. Hoje, mais importantes são essas audiências públicas que têm de seis projetos.

Pela ordem, o Vereador Natalini.

O SR. NATALINI - Sr. Presidente, vou ter de descer lá na Política Urbana, porque há um projeto meu sobre calçadas para ser avaliado lá e o Sr. Presidente da Comissão pediu para que o autor no projeto descesse. Então, vou descer lá para acompanhar aquele projeto.

Só queria deixar registrado aqui, Sr. Presidente, nesta audiência, que estive lá na UBS do São Jorge, conforme combinado da reunião ordinária da semana passada, e há um relato; estamos escrevendo esse relato para entregar oficialmente à Comissão; há aqui três Conselheiros Gestores, de lá: o Sr. Domingos e duas senhoras. Acho que, na audiência, não haverá espaço para ser convocados, isso fica a critério de V.Exa., mas vamos entregar o relatório. E constatamos lá a ausência de 140 itens de abastecimento - remédios e insumos -, naquela Unidade Básica de Saúde, na sexta-feira, de manhã, quando estivemos lá. Então, deixar só esse relato.

Assim, quero pedir licença a V.Exa. e aos demais presentes, vou descer lá na

Comissão de Política Urbana para acompanhar a discussão do projeto das calçadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Obrigado, Vereador Natalini.

Com certeza, é na Comissão de Política Urbana que V.Exa. vai poder tratar de seu projeto sobre calçadas. As calçadas aqui na Cidade de São Paulo são uma questão de saúde pública. Então, V.Exa. estará defendendo também as questões da saúde lá. Fica com Deus.

Senhoras e senhores presentes, se quiserem debater deverão inscrever-se com as Secretárias desta Comissão - Vera, Verinha e Liliane. Estipulo também o tempo de três minutos para cada orador, porque isso é regimental.

Questões incidentais serão resolvidas em conformidade com as normas do Regimento Interno. O que são questões incidentais? É que, às vezes, há polêmica. E, quando há polêmica,, às vezes, o debate pode-se tornar mais caloroso e aí, então, temos de entrar como intermediador.

Passemos aos itens da pauta e, depois, passaremos à votação.

Primeira audiência pública - serão duas audiências públicas no dia de hoje -, primeiro item: PL 515/2013, de autoria da Vereadora Patrícia Bezerra, do PSDB, que dispõe sobre o atendimento às famílias de crianças com doenças ou deficiências crônicas e dá outras providências crônicas, e dá outras providências. Alguém quer fazer algum comentário sobre isso? (Pausa) Então, não há oradores inscritos.

É um projeto de extrema importância, à medida que a medicina - e vamos tomar aqui como o nosso caminhar nessas audiências públicas, de cada projeto, fazer uma defesa. Assim, já que ninguém se manifestou, eu mesmo me inscrevo para fazer a defesa.

À medida que a medicina, a tecnologia e a ciência avançam, é importante que, a estados de coisas que, antigamente, não se tinha o que fazer, hoje verificamos que o amparo de pessoas treinadas melhoram muito a situação para qualquer coisa, para qualquer setor de nossa vida, principalmente para a saúde e principalmente para criança que está em

desenvolvimento.

Tenho aprendido em minha vida clínica que, geralmente, não é daquilo que a gente nasce fora do padrão geológico - quer dizer, normal -, não é daquilo que morremos, porque o organismo usualmente se adapta com aquelas condições e depende de um bom desenvolvimento, depende de um bom amparo, principalmente na infância.

Então, quando a Vereadora Patrícia Bezerra traz essa ideia e apresenta um projeto de lei nesta Câmara Municipal, com o avanço tecnológico e científico, principalmente no setor de cuidados aos doentes - onde se cresce, cada vez mais, uma ação multidisciplinar, multiprofissional, quer dizer, não deixando só ao encargo dos médicos o tratamento ao doente, já que hoje se desenvolve muito a fisioterapia, por exemplo, a nutrição e tantas outras, até terapias alternativas e vemos que têm ajudado, com resultados efetivos no tratamento de doenças e de doentes, porque não tratamos só a doença, tratamos o doente, a pessoa no todo; e, com essas evidências todas de bons resultados, então, é saudável um projeto dessa envergadura da Vereadora Patrícia Bezerra, ao qual, não houve nenhum orador, ao qual, não havendo nenhum orador inscrito contrariamente, de antemão esta Comissão acaba amparando e dando prosseguimento no encaminhamento, no andamento desse projeto dentro das Comissões.

Assim, nada mais havendo a tratar sobre esse projeto, encerradas as discussões sobre o PL 515/13, da Vereadora Patrícia Bezerra. Que continue caminhando nas tramitações regimentais.

Para prosseguir nossa sessão, temos a segunda audiência pública. Gostaria de anunciar a presença do doutor que veio aqui na última vez falar sobre a falta de medicamentos. (Pausa) É o Dr. João Palma, é verdade, aqui presente e que, se Deus quiser, poderá voltar em todas as reuniões, porque isso engrandece nosso trabalho, ter um representante da Secretaria da Saúde do Município, principalmente o senhor, que já deu para entender que é uma pessoa comprometida com a causa, além de ser um funcionário público. Então, parabéns e obrigado

por sua presença, Dr. João Palma, da Secretaria, representando o Sr. Secretário.

Vamos lá. Segunda audiência pública: Projeto de Lei 557/10, de autoria do Vereador Paulo Frange, do PTB, que dispõe sobre a Coordenação de Vigilância em Saúde, Covisa, e dá outras providências.

Em discussão. Algum assessor do Sr. Vereador? Há oradores inscritos? (Pausa) Não há oradores inscritos. Então, vamos lá, eu queria defender este projeto para que ele prossiga em seus encaminhamentos e prospere em votação em Plenário.

Sou funcionário da Vigilância Sanitária desde 1996, e temos uma dificuldade muito grande de fiscalizar, principalmente, as unidades, os departamentos, os profissionais que lidam com a saúde, mas em todos os setores, as questões básicas que promovem saúde. Por quê? Porque nos faltam, como funcionários, nem sempre o amparo técnico, mas também amparo logístico para um bom trabalho.

Então, muitas vezes, os processos internos em relação à Covisa acabam se amontoando, se avolumando, e quem perde com isso é a população. Esse projeto que dispõe sobre a Coordenação de Vigilância à Saúde e aprimora, dá melhor, principalmente, valorização da parte administrativa, de modo que se passa a fluir melhor, com melhor qualidade, o trabalho prestado por uma área tão importante, que se diz a vigilância em saúde, a vigilância sanitária. Portanto, é um projeto que merece seguir toda a tramitação nas Comissões e ser apreciado em Plenário.

Gostaria de dizer que, nesta Administração, já melhorou muito a Covisa. Até pouco tempo, não tínhamos viaturas para se fazerem as inspetorias e as visitas técnicas solicitadas, principalmente aqueles que necessitavam de alvarás de funcionamento ou as visitas periódicas. E hoje já houve uma melhora, melhor investimento. E o nobre Vereador Paulo Frange vem também com uma sugestão de melhor dinamizar, em termos de Coordenação.

Assim, é um projeto, como já falamos, já que não há nada em contrário, ninguém se opõe, determinamos aqui que este projeto continue em sua tramitação regimental.

Passemos ao próximo item da pauta.

- É lido o seguinte: (PL 164/2013, de autoria do Vereador George Hato)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Em discussão. Inscrevo-me para falar favoravelmente.

Trata-se de um projeto simples, simpático, e conversamos a seu respeito com o Sr. Prefeito.

É muito impopular criar ou aumentar taxas, mas o Governo precisa dinheiro. E quando se fala em imposto, por exemplo, o IPTU, o que se procura fazer? Quem tem mais dinheiro, tem um imóvel que vale mais, paga mais – e assim se beneficia a cidade como um todo em suas exigências – do que aqueles que não têm dinheiro, principalmente aqueles que são mais dependentes do serviço público.

A lei de 1994 prevê que os aposentados recebam... Hoje, o aposentado que recebe, depois da nossa votação, até três salários mínimos, é isento de IPTU na cidade de São Paulo. Hoje, inclusive, votamos que aqueles aposentados que recebem dentro da faixa de três a quatro salários mínimos teriam 50% de abatimento, redução do seu IPTU, e os aposentados de até cinco salários mínimos receberiam abatimento de 30%, desde que sejam proprietários de apenas um imóvel e nele resida.

Isso porque sabemos que não existe nada mais injusto do que a aposentadoria, embora procuremos, através de taxas e distribuição de renda, promover justiça social. É muito difícil o aposentado que tem a sua casa manter a conservação do seu patrimônio e também de sua saúde com o pouco que recebe. Então já foi um grande ganho, já que cinco salários mínimos hoje perfazem quase 3.500 reais.

Todavia, não há previsão para os imóveis alugados.

Isso quer dizer que os aposentados que não possuem imóvel algum são obrigados a alugar o seu imóvel, a sua residência, a sua casa, porque têm de morar, é claro. E aqui em São Paulo, pelo menos, não sei em outros estados, na negociação, na fixação do valor do aluguel, fica para o locatário a responsabilidade de se pagar IPTU.

Ora, se isentamos o aposentado que ganha até três salários mínimos e que tem o

seu imóvel próprio, para lhe ajudar na sua subsistência - não estou falando de luxo, porque a aposentadoria é muito baixa - o que dirá aquele aposentado que não tem a sua casa própria e é obrigado a viver de aluguel? Quer dizer, já ganha mal e ainda tem de pagar aluguel e IPTU. Se isentam o proprietário, por que não vão isentar o locatário?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo - PMDB) – Sim, e os remédios que estão faltando. Aqui há um representante, Sr. João Palma, que está colocando porque está demorando esse abastecimento. Ele nos deu uma lista de alguns itens. Só que alguns, em alguns postos, há mais de 140 itens, segundo o relatório que foi trazido aqui há um bom tempo.

O que esse projeto procura? Uma isonomia, uma justiça social, ainda mais para o aposentado, que já é isento, porque o Governo mesmo entende que é difícil ele sobreviver com até três salários mínimos para suprir todas as necessidades. Quem deixou de trabalhar por algum motivo, doença ou idade, tem obrigações sociais; ainda mais aquele que, além disso, é obrigado a pagar aluguel. Só que, segundo a justificativa do Governo, estudar-se-ia a margem. Temos a lei e há aqueles que estudam a lei para burlá-la. Então, isso dá margem para pessoas fazerem aluguéis fictícios, apenas para poderem se beneficiar dessa cláusula.

Estamos estudando um meio para encontrar algo que travaria essas falcaturas, porque sabemos que há muitos imóveis, na cidade de São Paulo, nos lugares mais caros desse País, que são fechados por especulação, justamente para se aumentarem os aluguéis, quando tantas pessoas não têm onde morar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo - PMDB) – Muitos aposentados, principalmente

aqueles que pagam aluguel, acabam tendo de alternar o pagamento de água e luz, porque pagando as duas, no mesmo mês, faltaria dinheiro para comida, remédio e outras coisas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo - PMDB) – E não houve a correção pelo tempo, como salários atuais, seguindo o salário mínimo. Como poderíamos fazer para conseguir essa isonomia, dando mais justiça social a um projeto que acaba cometendo injustiças?

Poderíamos tentar desvincular o pagamento de IPTU nos contratos de aluguéis. Isso seria uma grande injustiça. Desde que não se incorporasse, então, o IPTU no aluguel.

Então não há lei ainda. Estamos estudando. Todavia há um mérito social muito grande nesse projeto, que vem tentar acabar com essa distorção que o aposentado – proprietário de imóvel, até três salários mínimos – é isento de IPTU, e o aposentado que aluga uma casa – não tem imóvel próprio, precisa morar, mas está no contrato que ele tem de pagar o IPTU – não é isento. Mas ele é aposentado igual, e também sofre as mesmas penúrias, digamos assim, financeiras da sua vida, pela pouca política de investimentos em aposentadoria no País.

É um projeto de mérito social por tudo isso que foi exposto. Na minha opinião, ele tem de continuar tramitando para que seja apreciado e, com isso, venha melhorar suas discussões em plenário.

Há algo em contrário? Algum contraponto? (Pausa)

Sendo assim, o PL 164/13, de autoria do Vereador George Hato, do PMDB, deverá continuar tramitando na Casa, dentro das regras regimentais, pelo cunho social e de justiça que lhe é pertinente, até que venha a plenário.

Próximo item da pauta: o PL 251/13, de autoria do Vereador Paulo Fiorilo, do PT, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de adolescentes, jovens e idosos,

atendidos em medidas sócio-educativas pelas empresas contratadas pelos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências.

É um projeto bastante interessante. Em discussão. Há oradores inscritos? (Pausa)

Então me inscrevo para falar favoravelmente a esse projeto, por sua importância.

Como sabemos, os desajustes sociais que temos, principalmente nessa faixa de adolescentes e jovens, todos enveredando para o crime, para a prostituição, e à mercê de toda a sorte dessa vida marginalizada, com doenças infecto-contagiosas, de guerra entre policiais e bandidos – e até dentro da própria bandidagem, onde muitos desses jovens têm morrido, infelizmente, precocemente, elevando o índice de óbitos, hoje, aliás, a cidade de São Paulo, considerada muito violenta, está em primeiro lugar com as mortes trágicas, acidentes, frutos de agressões e assassinatos – esse projeto vem corrigir isso.

Vejam: à medida que se impõe essa obrigatoriedade e se são empresas de serviços terceirizados, contratadas pela Prefeitura, ao se manter uma cota para tirar essas jovens das ruas, dando-lhes vida mais digna e, também, um aprendizado, isso tem um cunho social muito grande, até pela autoestima. Mais ainda: até para ajudar no orçamento doméstico.

O sonho desses jovens é querer estudar e não serem frustrados. Portanto, não tem como tirá-los da rua, se não dermos algo melhor para eles.

E os idosos? Afinal, são dois extremos. Os idosos, como já vimos e falamos aqui, eles ganham muito pouco pelo que contribuíram.

Então, as aposentadorias são muito ruins neste país e poderia vir como uma complementação de renda.

Por outro lado, esse projeto não somente obriga as empresas contratadas pelos órgãos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, a contratar uma parcela desses idosos, mas também cria atendimentos e medidas sócio-educativas.

Então, é um projeto importantíssimo, de cunho social. É um projeto que vem trazer justiça social. É um projeto que briga pelos menos favorecidos e que, a meu ver, só tem que

prosperar. Parabéns ao Vereador Paulo Fiorilo.

Esse projeto também tem que ser debatido em Plenário, já que não tem nada a opor. A nossa decisão é que ele continue prosperando.

Vou dar uma informação. Infelizmente, cometi um erro. Tínhamos combinado que não tiraríamos mais as reuniões ordinárias das 13h e eu acabei assinando a publicação e veio errado. Então, ao invés da audiência pública ser às 12h e a reunião ordinária, então por um erro, acabou o contrário. Não tivemos quórum na reunião ordinária. Por isso que estamos em audiência pública.

Próximo projeto é o PL 491/13, de autoria do Vereador Laércio Benko.

- É lido o PL:

O SR. PRESIDENTE (Calvo - PMDB) – Falarei favoravelmente a este projeto.

Todos sabemos que, hoje, se estuda muito os problemas da metabolização das gorduras. Há bem pouco tempo, ninguém media o colesterol. Sabíamos que havia colesterol o triglicérides, mas não sabíamos o impacto que traz para a saúde.

Depois que começou a ser estudado, sabemos que têm várias frações do colesterol. Temos o colesterol bom, que protege a não agregação das gorduras dentro de nossas artérias e em nosso fígado; temos o colesterol ruim; ainda temos uma fração de colesterol que não sabemos qual a verdadeira função.

Quando alguém está acumulando gordura, se recomenda regime alimentar. Sabemos que a obesidade é uma questão que tem levado à morbidade.

Teremos uma audiência pública sobre esse tema - a requerente foi a Vereadora Patrícia Bezerra, trazendo, para esta Casa, as condições da merenda escolar, com o intuito de melhorarmos a qualidade.

Ora, se não tivermos uma medida tomada, de um controle do Governo para que, nas escolas, não seja ensinada e não seja controlada a obesidade e tentando uma reeducação alimentar, para tanto vejo um projeto moderno dentro de uma realidade social e dentro de um padrão científico muito atualizado e que São Paulo tem que dar exemplo para as outras cidades, principalmente no que tange proteger o bom desenvolvimento e a saúde de nossas crianças, principalmente nas escolas públicas municipais.

Então esta é a minha defesa, para que prospere este projeto na Comissão de Saúde, que siga os encaminhamentos regimentais para ser apreciado e discutido em plenário pelos demais Vereadores.

Não há ninguém contrário, então está aprovado o meu encaminhamento e que prospere o Projeto de Lei 491/2013, do Vereador Laércio Benko, do PHS.

Próximo e último item da pauta da audiência pública dos projetos de Srs. Vereadores: PL 507/2013, de autoria do Vereador Marquito, do PTB, dispõe sobre a instituição

do Projeto Família Hospedeira no âmbito das entidades de atendimento que mantenham programa de acolhimento institucional e que sejam regularmente registradas e em funcionamento no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Vamos discutir o projeto. Não há oradores inscritos. Quero me inscrever para falar favoravelmente ao PL 507/13, do Vereador Marquito.

Antes de encerrar, vamos dar a palavra para a Sra. Luzia Ferreira Melo, do conselho gestor da Unidade Básica de Saúde Vila Silvia.

Vamos voltar ao PL 507/2013. Vou suspender a sessão por um minuto para ter acesso à justificativa do projeto, que não estudei. Quero me inteirar melhor para defendê-lo. Está suspensa a sessão por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Calvo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Acho que é mais fácil ler a justificativa. O presente projeto de lei tem por finalidade tutelar o fundamental direito à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes acolhidos em entidades de atendimento e programas de acolhimento institucional. Acolhimento, nos termos da legislação de proteção da infância e da juventude, é uma medida excepcional e deve ser a mais breve possível, prestigiando-se e incentivando-se sempre a reintegração familiar no seio da família natural ou, caso não sendo possível, a colocação em família substituta. Inclusive a lei estipula um prazo máximo de dois anos para o que antes de se chamava de abrigo, terminologia substituída pelas recentes alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Porém, infelizmente sabemos que a realidade brasileira é outra. É essencial, diante de nossa realidade, que o poder público tome providências para incentivar a formação de laços com as crianças e com os adolescentes, em uma convivência que traz benefícios não só para os acolhidos como também para os acolhedores.

Assim, inspirando-se na iniciativa tomada por juiz de direito da Comarca de Pindamonhangaba, a propositura adota as linhas básicas daquele projeto que trouxe

resultados tão positivos. O Projeto Família Hospedeira está em funcionamento há mais de quatro anos naquela localidade, originariamente visando que o estreitamento de laços entre a família hospedeira e as crianças evoluísse para um pedido de guarda ou adoção, ou que a família fornecesse auxílio moral ou mesmo financeiro para crianças e adolescentes institucionalizados.

Ocorre que crianças e adolescentes em situação de risco muitas vezes, por determinação judicial, são acolhidos em instituições governamentais próprias para tanto. Por isso que é acolhimento institucional. O que esse projeto elabora? Que após dois anos em que essas crianças estiverem nessas instituições, elas poderiam, por um programa criado, que é objeto deste projeto, que famílias possam se inscrever para participar de um projeto para tirar essas crianças e adolescentes das instituições e trazerem para o convívio familiar.

É um projeto que frisa muito bem: o acolhedor tem de ter mais de 16 anos do acolhido, tem de ser uma família, tem de estar cadastrada sob a égide do Governo e também sem fins lucrativos.

Como a família é a célula mater da sociedade, essa é a minha defesa. Tudo o que puder promover a família, ampliada ou não, então é um projeto de cunho social. Há experiência positiva em Pindamonhangaba até por uma supervisão do Poder Judiciário. Então, não tem porque este projeto ser negado. Tem de prosperar.

Está encerrada a análise dos projetos.

Está inscrita para falar hoje a Sra. Luzia Ferreira Melo, representante do Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde de Vila Silvia.

A SRA. LUZIA FERREIRA MELO – Boa tarde. Sou Luzia, sou do Conselho Gestor da Vila Silvia. Costumo visitar várias UBSs. Já estive falando com o Vereador Calvo, Presidente da Mesa. Cumprimento todos os conselheiros que são da luta.

Para chegarmos a um bom atendimento, as pessoas têm de registrar sim o que está acontecendo na Saúde. Como falei da outra vez ao senhor, o que está acontecendo é que

não abasteceram com os remédios. Não tem remédio e nem material para fazer o teste de diabetes. Não tem remédio para fazer uma inalação em criança, isso eu vi na UBS. Em várias UBSs isso está acontecendo.

Então, quando que vocês vão resolver esse problema? Eu, como liderança, e como as outras lideranças, nós recebemos muitas reclamações. E conselho gestor então, quando na UBS sabem que o conselho está presente, eles não vão até a gerente. Eles vêm até nós.

Então gostaria que ficasse registrado e quero uma resposta. Como não está sendo fácil falar com o Secretário da Saúde, eu vou aguardar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado a senhora que está atuando e trazendo informações preciosas para esta Casa.

Na penúltima sessão nós oficiamos o Secretário para que respondesse essas questões. Na última sessão veio o Dr. João Palma que trouxe aqui alguns dados que desconhecíamos.

Na última audiência pública das prestações de contas da Secretaria de Saúde do Município, ele nos disse que em 15 dias estaria solucionado. Porém como não só estão faltando medicamentos e outros insumos e equipamentos para os procedimentos triviais, não só de unidade básica de saúde como prontos-socorros, nós estamos produzindo aqui uma audiência pública para tratar do desabastecimento que houve neste ano na manutenção dos postos de saúde e por que isso aconteceu. E como podemos agir para que não aconteça mais no próximo ano.

Por outro lado, o Sr. Nelson do Conselho Gestor de Saúde de Vila Sabrina me ligou agora a pouco dizendo que na unidade dele está faltando até dipirona. Isso para mim é um fato novo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Infelizmente é muito triste. A justificativa que

tivemos foi de que houve uma mudança na alteração de lei de compra de medicamentos, e também um desabastecimento da produção da Furp.

Todavia, os prazos que nos foram dados estão todos esgotados. E medicamento, tratamento é uma coisa que não pode esperar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Pois é. A senhora tem toda a razão.

Na última reunião nos deliberamos que todos os Vereadores componentes desta Comissão, independente de comissão reunida ou não, estariam atuando nas suas regiões ou onde fossem chamados, independente se mais Vereadores da Comissão ou não, em nome da Comissão.

Por exemplo, o Vereador Natalini foi numa unidade de saúde – UBS AMA Jardim São Jorge -, na Raposo Tavares, altura do quilômetro 17,5, há aqui também alguns conselheiros gestores da região, em nome da Comissão, se apresentou como sendo da Comissão de Saúde porque nós deliberamos assim. Foi consenso, como se todos estivéssemos juntos lá, inclusive, com a presença da TV Câmara. E ele registrou uma lista de falta de 140 itens, pelo menos nessa unidade. Então, é um estado de calamidade pública, infelizmente. Gosto do Prefeito Haddad, do Sr. Secretário, sou governista, o meu partido está envolvido totalmente no governo, mas a verdade tem de ser dita.

O SR. FELICIANO GOMES DE ARAÚJO – Boa tarde, Srs.Vereadores, meus grandes companheiros de luta pela saúde, que está péssima em todos os lugares. Estou representando a área de saúde da UBS e AMA Jardim São Jorge.

Essa lista teve já o resultado. Por exemplo, temos de trazer a lista do que está faltando, só assim os Srs. Vereadores vão tomar as devidas providências e vamos ver se a gente chega ao nosso objetivo de resolver a falta de remédios. Então, se todos os representantes entregarem essa lista aqui, acho que será abastecida pelo menos uma parte do que foi apresentado, não digo 100%. Porque se não tivesse efeito, tínhamos que marcar uma

reunião com o Prefeito e entregar a lista na mão, mas acho que isso não será necessário.

Temos pacientes que o médico atende e não tem o remédio. O que acontece? Ele já estava doente e piora porque não tinha o remédio. Então, o representante da comunidade do Conselho Gestor pode vir aqui e levar uma solução para eles.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Ontem chegou a 70% do que estava faltando.

O SR. FELICIANO GOMES DE ARAÚJO – Mas também tem os outros postos que não foram abastecidos.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – O senhor está representando a região Sul de São Paulo. Alguém aqui está representando outra região de São Paulo como Conselheiro Gestor? Não. Tem alguém de outra região? A dona Neusa da zona Oeste.

Que região a senhora é? Leste.

A ideia é a seguinte, já vou produzir com vocês, por favor, dirijam-se à assessoria da Comissão para dizer a região e pontuar os postos. Gostaria de assinar um ofício hoje em nome desta Comissão diretamente ao Prefeito Haddad informando inclusive o tempo que estão faltando os medicamentos. Isso não é pontual, mas está generalizado na Cidade. Inclusive, gostaria que nesse ofício fosse informado ao Prefeito que na última sessão já havíamos oficiado o Sr. Secretário de Saúde sobre o estado de calamidade em que se encontra o abastecimento na rede pública municipal de saúde.

Se o senhor quiser, pode continuar.

O SR. FELICIANO GOMES DE ARAÚJO – Eu vou só agradecer a presença de todos, principalmente V.Exa., e que os senhores olhem mais para isso. Vejam só, a pessoa mora em um barraco de madeira, não tem nada para sobreviver, vai ao posto porque está doente, não tem remédio. O que acontece? O que pode acontecer com ele? Acabar de morrer.

Posso falar a respeito do IPTU?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Pode.

O SR. FELICIANO GOMES DE ARAÚJO – Por exemplo, o senhor falou dos

aposentados que estão isentos até três salários mínimos. Os 35% para quem tinha comércio, o senhor não falou dessa parte?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não.

O SR. FELICIANO GOMES DE ARAÚJO – Aquele que mora no barraco de madeira também vai ajudar a pagar esses 35%. O aposentado que está isento também vai ajudar a pagar esses 35%, repassado para o comércio. Por que será repassado? O rico que tem o supermercado cada vez fica mais rico. Hoje ele tem um e amanhã terá dois. Chega o aumento do IPTU, o que eles vão fazer? Vão repassar para a mercadoria. Quem compra a mercadoria? O consumidor, nós. Ou seja, quem vai pagar também somos nós que estamos lá embaixo e vamos sofrer também para ajudar a pagar. O comerciante não paga. Ele tira de quem? De nós, consumidores.

Nossos Vereadores precisam pensar nisso, pois também atinge quem está morando no barraco, os pobres. Temos de repensar isso porque vai ficar muito mais caro com esse IPTU.

Sabe o que a gente ouve dizer? Tá vendo aquele Vereador lá? Eu pus fé nele e ele votou contra mim. Por que contra mim? Porque o IPTU que vou pagar no supermercado ou alguma coisa que vou comprar. Por gentileza, os senhores que votaram a favor desse projeto pensem um pouco naquele que mora em um barraco e vive fazendo bico para sobreviver. Isso é injusto.

Sim, estou de acordo, a comunidade está de acordo, em pagar impostos, afinal sem impostos não dá. Mas, desse jeito é um absurdo, pois sairá de nós mesmos.

Pois bem. Quem ganha salário mínimo e paga conta de água, mas moram em três ou quatro pessoas, o que eles vão comer? Vão ter de ajudar, pois quando o valor chegar à mercadoria, no supermercado, vai ter de pagar mais caro. É isso que os Srs. Vereadores tinham de ver isso antes de colocar em aprovação esse projeto.

Veja bem: o que vamos fazer? Temos de nos unir e nos tornar amigos desses

Vereadores que realmente nos ajudam, e vamos conversar com eles. Afinal, é um absurdo o que estão fazendo com a comunidade. É necessário, pois vamos precisar desses Vereadores, pois haverá mais projetos para aprovarem. Correto? Temos de conversar com eles e dizer para que olhem o lado da comunidade”.

Obrigado pelo espaço e por tudo. Mas, tenho de lembrar aos Vereadores que votaram a favor do IPTU: saibam, estamos sendo cobrados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Nós que agradecemos ao senhor.

É claro que, aqui, não é o objeto, mas como suscitamos essa questão do IPTU e dos aposentados, então tudo bem.

Estive em um debate na rádio e entrou no ar um representante da Federação do Comércio de São Paulo que disse o seguinte: “Os comerciantes vão mudar de São Paulo” e eu disse: “Truco, malandro, vai embora”. Nenhuma cidade do País tem um comércio tão lucrativo como São Paulo.

Existem regiões na cidade de São Paulo, mas alguns dizem assim: “É, mas estou aqui na Berrini” – que é um lugar de milionários – “e não vou aguentar pagar os 35%”. Aí, disse para ele: “Então o senhor vai para a periferia, pois, lá, há regiões com menos de 10% e, saiba, o comércio na periferia ainda é melhor do que qualquer cidade desse país”. Essa é que é a realidade.

O comerciante não pode passar os 35% para as mercadorias dele. Se ele fizer isso, é errado, é contravenção. Se ele vende uma novalgina por R\$ 10,00, como ele vai passar a vendê-la por R\$ 13,50 e dizer que a novalgina aumentou 35%? O IPTU é um imposto anual, e a novalgina ele vende diariamente.

Então senhores, não é verdade isso que estão dizendo. É um terrorismo. E se o Governo não tiver o dinheiro, como é que vai ser colocado o remédio no posto de saúde, lá na periferia? Como vai ser feito o asfaltamento? A iluminação? isso tudo requer dinheiro.

Agora, ninguém fala que estão sendo pagos, este ano, 430 milhões do Itaquerão.

Saiu de quem? Da Prefeitura. Quem está pagando? O Haddad.

Ninguém fala desses 500 milhões de corrupção, de maus funcionários que estão tirando dinheiro. Estamos falando, só esse ano, em um bilhão que saiu dos cofres públicos, e, enquanto isso, o povo está morrendo aí sem remédios. É horrível, mas é o País que vivemos. Estamos aqui para corrigir.

Votei favoravelmente ao IPTU. Existe algum excesso? Existe, sim. É difícil em aumento para o povo? É muito difícil mesmo. Mas foi necessário e é uma realidade. E se o Governo não faz sua maioria, não passa projeto nenhum. É assim.

Mas não acreditem em tudo que dizem. O presidente da FIESP é do meu partido, que é o Paulo Skaf, que sairá candidato a Governador. Ele ligou para nós e disse: “Não votem no aumento do IPTU, pois se não, as indústrias não vão mais me apoiar”. Só milionário. Quem é industrial? (Pausa) O Skaf, não é?

Ao mesmo tempo, o Michel Temer que é Vice-Presidente do Brasil fala: “Estamos junto com o Governo”. O senhor percebe? E eu quero estar junto com o povo.

Acho que o Haddad é um homem sério. Ele financiou as investigações. Ainda há setores do PT, dos atuais Secretários, que estão enganando o Prefeito.

Eu acho não, eu acredito nele. Acredito na honestidade e na vontade dele. Quando falo com ele, ele mesmo pede: “Olhe nos olhos” e nós olhamos. E eu gostaria de dar esse voto de confiança para o Prefeito.

É difícil. Tanto que ninguém muda. Os diretores de algumas regiões, estavam com o Serra, com o Kassab, e continuam com o Haddad. Não é difícil de entender que composição é essa? É complicado. Eu mesmo não consegui entender ainda. Já fui Situação, já fui Oposição, estou nessa Casa há tanto tempo, e nunca vi um governo tão mesclado assim. E triste, se essas denúncias caírem sobre essa Casa, se tiver ramificações com alguns dos Srs. Vereadores, é muito triste.

Já vivenciamos no passado, na época da máfia dos fiscais, eu estava aqui. É muito

triste. Ficamos um ano sem votar nada. É um tal de denunciismo, um denunciando o outro. Quem está, quer sair, e começa a por gente que não tem nada a ver no meio. São Paulo não merece isso. O povo não merece isso.

Não gostaria que isso estivesse acontecendo. Mas, de repente, segundo os jornais, pode até vir para dentro dessa Casa, ter ligação até com partidos e Vereadores. Deus me livre se isso acontecesse. E isso num momento em que falta remédios na cidade de São Paulo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tudo bem, que é um aumento abusivo, é. Vamos dizer: é verdade. O povo não está preparado para trava de 35 ou 20. É horrível. Não me senti bem. Claro que ninguém gosta, mas precisa tirar dinheiro de algum lugar. A Dilma veio, disse que deixou 8 bilhões para a mobilidade, para viário, transporte público. Mas esses 8 bilhões ainda não chegaram e São Paulo merece até mais do que isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Claro, merece mais médicos. A senhora viu o número de médicos que não passaram no exame?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Nossa, é triste, mas vamos melhorar. Esses médicos são do Mais Médicos, são de fora, e tiveram que fazer um exame para se adequar.

Não, realmente, os estudos de antigamente eram mais puxados. Caiu bastante, sim. Mas, graças a Deus estamos aqui para lutar e agradecemos a participação das senhoras e senhores que estão em todas as reuniões.

O senhor mesmo, que veio de longe, com seu próprio dinheiro, não está ganhando nada para vir aqui. O senhor quer mudar as coisas. E, saiba, o senhor tem todo meu respeito. Conte conosco no que pudermos fazer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Claro. Estou falando pelos outros Vereadores dessa

comissão, que está aberta para todos os senhores. Todos têm o nosso respeito.

Não havendo mais nada a ser tratado, essa presidência encerrará os trabalhos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não é só vir. Tem de vir e, claro, ter resultados.

Gostaria de encerrar, mas, antes, quero agradecer a presença de todos. Agradeço a Deus por estarmos todos aqui. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.